



## GT 006. Alimentação, Cultura e Direitos Sociais

Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a, Rogéria Campos de Almeida Dutra (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - Debatedor/a, Sandra Simone Queiroz de Moraes Pacheco (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA) - Debatedor/a, Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Debatedor/a

O projeto de construção de uma comunidade global baseada em padrões universais e progressivos de decência, moralidade e dignidade humanas constitui uma das grandes transformações do século XX, tendo como marco significativo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse âmbito, o Direito Alimentar tem sido objeto da reflexão antropológica desde 1940 e a crescente sua participação no debate contemporâneo em função de sua interconexão com a crise alimentar em suas diferentes facetas, tais como: mecanismos institucionais de poder e práticas administrativas, relações de dominação entre grupos e nações, crise ecológica e produção em larga escala, concentração de renda e empobrecimento de grandes contingentes populacionais, relações entre saberes tradicionais e saber científico etc. No Brasil, a Constituição de 1988 representou um avanço significativo na possibilidade de consolidação de um conjunto de Direitos Sociais, dos quais a alimentação ocupa um lugar central, seja na efetivação da dignidade humana e cidadania, seja na possibilidade dos grupos sociais reproduzirem suas existências nos seus lugares de atuação. Assim, o GT busca assegurar e ampliar o espaço de discussão da Antropologia da Alimentação e colocar em perspectiva questões relativas aos riscos e controvérsias sobre a segurança alimentar e nutricional, dos ativismos políticos e das políticas públicas, que assegurem o direito à alimentação, soberania e cultura alimentar nos seus aspectos multidimensionais.

### **O consumo alimentar como ato político: a experiência do Grupo de Consumo Responsável da Rede Espaço Agroecológico, Recife-PE.**

**Autoria:** Fabiana de Lima Sales

O presente artigo, extraído de uma tese de doutorado em construção no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, pretende discutir a perspectiva política presente no consumo alimentar, a partir da experiência do Grupo de Consumo Responsável (GCR) da Rede Espaço Agroecológico, localizado na cidade de Recife-PE. Tendo como ponto de partida a preocupação com a qualidade do alimento e a consequente demanda por uma alimentação saudável, e adentrando o campo do consumo como ação política, os Grupos de Consumo Responsável se apresentam como iniciativas de comercialização de produtos orgânicos ou agroecológicos, nas quais os participantes acessam produtos de qualidade, produzidos sob a égide da economia solidária, agricultura familiar e agroecologia. Apesar de poucas em termos numéricos (cerca de 30 GCRs registrados), as experiências dos Grupos de Consumo Responsável se alastram pelo Brasil, levando aos consumidores dos centros urbanos uma alternativa de comercialização de alimentos que foge dos circuitos convencionais beneficiadores das grandes cadeias da agroindústria, seja na produção ou na distribuição dos alimentos. A metodologia utilizada neste work se apoia em pesquisa bibliográfica e documental, de natureza exploratória, mas, principalmente, na prática etnográfica a partir do envolvimento pessoal da pesquisadora, enquanto consumidora, no Grupo de Consumo Responsável em análise. Esta participação, pela própria concepção do GCR, caracteriza uma participação ativa, colaborativa, que não se resume à mera compra semanal de produtos agroecológicos. Além da participação no GCR, desde o início de suas atividades,



entrevistas com outros consumidores estão sendo realizadas no intuito de captar suas percepções individuais não apenas em relação à sua participação no grupo de consumo, como também no que toca as relações estabelecidas entre o consumo alimentar e um possível posicionamento político que questiona os efeitos econômicos, sociais e ecológicos do modelo convencional de produção e distribuição de alimentos vinculados à agroindústria. A experiência nos Grupos de Consumo Responsável vem mostrando que os consumidores assumem um compromisso social ao transformar o seu ato de compra em um ato político que visa à sustentabilidade da vida dos homens e do ambiente em que se encontram. Resultados preliminares apontam para um consumo que, no contexto dos GCRs, pode ser compreendido enquanto uma ação não institucionalizada que leva as discussões no campo da sustentabilidade ambiental, produção alimentar, agricultura familiar, economia solidária, entre outros pontos, para o cotidiano destes consumidores, ressaltando a dimensão política da alimentação.

[Trabalho completo](#)



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

